

Semântica provocou a confusão

Por trás da confusão criada nos últimos dias, com a revelação de que o Governo já tem delineado um conjunto de medidas econômicas para enfrentar o recrudescimento da inflação, escondem-se dois tipos de interesses oficiais: primeiro, as autoridades queriam continuar trabalhando em segredo, para evitar que o mercado, alarmado, se antecipasse a qualquer medida com reações especulativas do tipo remarcação de preços e corrida ao câmbio negro; segundo, as autoridades e os técnicos, apanhados em sucessivas reuniões e discussões de diversas propostas, procuraram mais uma vez esconder a realidade da opinião pública recorrendo a artifícios semânticos, usando alternadamente expressões como **pacote**, **choque**, **conjunto de medidas** e **aprofundamento do combate ao déficit**, sempre com o objetivo de esconder o fato de que o Governo está sendo pressionado de dentro e de fora para enfrentar com determinação a crise econômica.

Para se ler as declarações em on ou em off de fontes da área econômica neste momento é preciso ter em mente, no mínimo, alguns destes termos e os significados a eles atribuídos, tais como:

Choque — Não está em cogitação, embora seja o que o mercado mais entende que esteja em preparação apesar dos desmentidos oficiais. Trata-se de um conjunto de me-

das terapêuticas de impacto, com resultados imediatos sobre a inflação mas de consequências imponderáveis a médio prazo, tal como foi o Plano Cruzado em fevereiro de 1986, que mudou o padrão monetário e congelou preços e salários por tempo indeterminado. Divide-se hoje no jargão do jornalismo econômico em dois tipos: a) **Choque heterodoxo** — Modelo clássico do primeiro Plano Austral, do próprio Plano Cruzado ou dos planos israelense e boliviano, baseia-se no congelamento de preços e salários, pressupondo que a inflação tem um forte componente psicológico ou um movimento próprio (inércia) que independe do volume de dinheiro em circulação ou das taxas de juros;

b) **Choque ortodoxo** — Atende também pelo nome de **choque fiscal**, significando um movimento brusco pelo qual o Governo corta despesas em profundidade (elimina incentivos e subsídios, dispensa pessoal, fecha órgãos, vende empresas ao setor privado, etc) ao mesmo tempo que maximiza sua receita (aumentando impostos ou antecipando sua cobrança, lançando empréstimos ou depósitos compulsórios, etc) e arrocha a oferta de crédito (elevando taxas de juros) e a quantidade de moeda em circulação (política monetária).

Pacote — Terminologia genérica, significando apenas um conjunto de

medidas econômicas, mais ou menos abrangentes, tomadas de uma só vez, em geral alternando sensivelmente o rumo da política econômica adotada até então. E o termo em inglês e português que a mídia adota para resumir qualquer conjunto de medidas, mesmo que sejam apenas setoriais (como **pacote agrícola**). Os comunicólogos da Nova República entenderam que a palavra tem um sentido negativo, devido ao hábito dos governos militares de mudar sempre o rumo da política econômica através de pacotes. Daí o Palácio do Planalto não gostar que os repórteres utilizem o termo, que daria a idéia de medidas do tipo tapaburacos.

Aprofundamento do combate ao déficit — O mesmo que **apimentar o feijão com arroz**, querendo dizer simplesmente que o Governo vai tomar medidas adicionais de combate ao déficit público (como a antecipação de receita tributária já determinada, ou a preparação de novos cortes de investimento e custeio embutidos no Orçamento da União de 1989), uma vez que, até agora, o que se fez ainda não foi capaz de apresentar resultados visíveis sobre o objetivo final, que é a contenção da inflação. As medidas, saindo isoladamente, como pretende o Governo, não configurariam um **pacote**, pelo que entendem os estrategistas de comunicação no Palácio.